

**PROFISSÃO MERENDEIRA: PERFIL PROFISSIONAL
E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS¹**
*OCCUPATION COOK: CAREER PROFILE
AND SOCIOECONOMIC CONDITIONS*

**Viviane Ribas Miron², Cláudia Luisa Stefanello², Karen Mello de
Mattos³, Juliana Silveira Colomé³, Regina Costenaro³ e
Adriana Dornelles Carpes³**

RESUMO

As merendeiras participam do processo de produção da refeição e do caráter social do Programa de Alimentação Escolar. Apesar dessa responsabilidade, essa profissional, em muitas situações, é desvalorizada. O objetivo, neste trabalho, foi verificar o perfil profissional dessas trabalhadoras e analisar suas condições socioeconômicas. A população alvo foi composta por 16 merendeiras atuantes em seis escolas públicas localizadas em Santa Maria, RS. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas individuais e nessa constatou-se que 100% possuíam entre 40 e 60 anos, renda familiar mensal média de quatro salários mínimos e que a escolha da profissão ocorreu devido ao salário. O tempo de atuação prevalente foi superior a cinco anos e 93,8% relataram ter participado de capacitações. Foi constatado, também, que 56,3% estão insatisfeitas com o salário e essa insatisfação, além de queixas referentes à falta de reconhecimento e jornada exaustiva de trabalho, demonstra a necessidade de priorizar a saúde e a qualidade de vida dessas profissionais, por meio de ações educativas.

Palavras-chave: mulheres, alimentação escolar, renda familiar.

ABSTRACT

Foodservice workers participate in the production process of the meal and the social character of the School Feeding Program. Despite this responsibility, this professional

¹ Trabalho de Iniciação Científica - PROBIC.

² Acadêmicas do Curso de Nutrição - UNIFRA.

³ Orientadoras - UNIFRA.

in many situations is devalued. The objective of this study was to evaluate the professional profiles of these workers and analyze their socioeconomic conditions. The target population was composed of cooks working in six public schools in Santa Maria, RS. The data was collected through individual interviews. It was found that 100% were aged between 40 to 60 years, and the average family income of four minimum wages. The choice of profession was due to payment. The time for prevalent action was over five years and 93.8% reported participation in trainings. It was found that 56.3% are dissatisfied with the salary. This dissatisfaction, beyond complaints concerning the lack of recognition and exhaustive day of work, demonstrates the need to prioritize the health and quality of life of these professionals through educational activities.

Keywords: *women, school feeding, income.*

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada na infância permite o crescimento saudável, bem como a prevenção de diversas patologias. Pensando nesse contexto e ciente da dificuldade de acesso aos alimentos de muitas famílias, o governo criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que visa suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos escolares, no período de permanência na escola (MUNIZ; CARVALHO, 2007). O PNAE foi descentralizado do governo federal em 1990, integrando-se à agenda reformista (SPINELLI; CANESQUI, 2004). A descentralização ampliou suas ações de suprimento de gêneros alimentícios, abrangendo, atualmente, o fornecimento do cardápio alimentar elaborado e acompanhado por um nutricionista, o estímulo ao cultivo de hortas escolares; ações de educação alimentar e nutricional, a implementação das boas práticas de manipulação dos alimentos e a restrição na comercialização de alimentos inadequados (FNDE, 2006).

Em todas as ações desenvolvidas pelo programa, as merendeiras possuem papel fundamental. Essas profissionais, juntamente com o nutricionista, têm, sob sua responsabilidade, a tarefa de compreender todo o processo de produção da refeição e o caráter social do PNAE (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002; COSTA et al., 2001). Apesar da responsabilidade, a profissional merendeira, em muitas situações, é desvalorizada socialmente e sofre pressões constantes no ambiente de trabalho. Atualmente, a alimentação escolar possui melhor qualidade, evoluindo do fornecimento de alimentos industrializados para uma refeição completa elaborada com alimentos *in natura* (CARVALHO et al., 2008).

Além disso, a alimentação escolar não possui apenas a função de saciar a fome, mas também, deve garantir saúde e qualidade de vida ao escolar. Entretanto, apesar da modificação na alimentação escolar que prioriza a qualidade nutricional das refeições fornecidas, muitas merendeiras não possuem uma percepção adequada do que são saúde e alimentação saudável. Esse fato pode ocorrer devido à baixa escolaridade dessas profissionais; excesso de atividades paralelas a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho; ausência do nutricionista na escola; inacessibilidade às orientações em saúde; baixo poder aquisitivo, entre outros fatores (COSTA et al., 2001).

Costa, Lima e Ribeiro (2002) afirmaram que a merendeira deve receber estímulo à prática regular e sistemática de indagação e de intercâmbio entre os indivíduos, e a colaboração mútua e contínua entre equipe de nutrição e demais funcionários da escola. Para que a ação ocorra de forma correta, é necessário conhecer as concepções que as merendeiras possuem sobre saúde e alimentação saudável, pois a percepção errônea quanto a esses assuntos afeta diretamente no processo de educação nutricional e alimentar frente aos alunos, assim como na qualidade de vida dessas profissionais.

Tendo em vista a importância do papel da merendeira na qualidade da alimentação escolar, torna-se importante analisar as condições socioeconômicas e a escolaridade dessa população; bem como averiguar a participação em capacitações e verificar o tempo de atuação e a satisfação com a profissão.

METODOLOGIA

O presente trabalho possuiu delineamento quantitativo, sendo o delineamento quantitativo do tipo transversal com coleta de dados primários que consistem naqueles especificadamente para o propósito do estudo (PEREIRA, 1995).

A pesquisa foi desenvolvida de março a dezembro de 2009, nas escolas localizadas nas regiões Oeste e Sul de Santa Maria, RS, que participaram, nesse período, do Projeto de Extensão Saúde nas Escolas. Dessa forma, a população alvo foi composta por merendeiras do sexo feminino, atuantes nesses locais.

Os critérios de exclusão na presente pesquisa foram ser do sexo masculino e não assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas individuais para aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o Critério de Classificação Econômica Brasil (CEEB), da Associação Nacional de Empresas

de Pesquisa (ANEP, 2008), assim como um questionário com perguntas abertas e fechadas. O CCEB qualifica a população em classes econômicas por meio de um somatório de pontos, sendo que ao questionário validado foi agregada uma questão sobre a escolaridade das participantes. O segundo questionário, elaborado pelas pesquisadoras, abordou variáveis sobre a profissão, como o tempo de atuação, a participação em capacitações, a satisfação em relação ao salário, as vantagens e as desvantagens da profissão.

O presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa de PROBIC intitulado “Saúde e alimentação saudável na percepção das merendeiras”, vinculada ao Projeto de Extensão Saúde nas Escolas, sendo esse projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA sob registro número 262.2007.2. Para seu desenvolvimento, a pesquisa foi aceita previamente pelas escolas e participantes. Salienta-se que todas as participantes assinaram o TCLE, em duas vias de igual valor.

Os dados coletados foram armazenados em bancos de dados no Programa *Microsoft Excel* versão 2007, recebendo tratamento estatístico descritivo simples. A apresentação dos mesmos foi efetuada por meio de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 16 merendeiras atuantes em seis escolas municipais de Santa Maria, RS. Todas as participantes tinham entre 40 e 60 anos, com idade média de $50,94 \pm 4,85$ anos, sendo 81,25% casadas e 18,75% viúvas. Em um estudo efetuado em Santa Fé, PR, com 16 merendeiras, o grupo etário encontrado assemelha-se ao presente estudo, sendo que 80% apresentaram mais de 51 anos de idade, 18% apresentaram entre 41 a 50 anos de idade e apenas 2 % apresentaram idade abaixo de 40 anos (COLOMBO; OLIVEIRA; SILVA, 2009).

De acordo com a classificação socioeconômica, tabela 1, as classes prevalentes entre as merendeiras foram B2 e C1, ambas com 31,25%. Essa classificação decorre do somatório de pontos originado por meio de itens considerados de conforto no lar (aparelho de videocassete, máquina de lavar roupa, geladeira com ou sem freezer acoplado e aspirador de pó) que receberam uma pontuação independentemente da quantidade possuída; outros (automóvel, TV em cores, banheiro, empregada mensalista e rádio) receberam pontuações crescentes, dependendo do número de unidades possuídas; agregados a escolaridade do chefe da família (ANEP, 2008). Dessa forma, a menor classificação recebida associa-se diretamente a ausência de algum e/ou alguns itens.

Tabela 1 - Características socioeconômicas de merendeiras do município de Santa Maria, RS, 2009.

Classificação Socioeconômica	%	n*
A1	-	-
A2	-	-
B1	13	2
B2	31	5
C1	31	5
C2	25	4
D	-	-
E	-	-
Total	100	16

A classificação socioeconômica dessas mulheres está ligada, diretamente, à renda familiar. Em relação ao fato, conforme a tabela 2, da renda familiar mensal, prevaleceram 56,25% com até três salários mínimos e 37,50% com quatro salários mínimos. A escolaridade da maioria das participantes (80%) foi o ensino fundamental incompleto. Segundo Montali (2006), o aumento do desemprego e a crescente precariedade dos postos de trabalhos dos componentes em idade ativa da maioria das famílias brasileiras causam a diminuição dos rendimentos individuais e da renda familiar. Nesse contexto, os rendimentos das mulheres tornam-se cada vez mais importantes na composição da renda familiar e na preservação das condições de vida da família.

Tabela 2 - Renda familiar mensal de merendeiras do município de Santa Maria, RS, 2009.

Renda familiar mensal em salários mínimos	%	n*
Dois salários mínimos	13	2
Três salários mínimos	44	7
Quatro salários mínimos	37	6
Cinco salários mínimos	6	1
Total	100	16

O trabalho feminino, apesar das conquistas das mulheres em vários setores, ainda é pouco valorizado. Segundo dados do *Relatório de Desenvolvimento*

Humano, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1995), as mulheres de todas as regiões do mundo são responsáveis por 53% do trabalho total (remunerado e não remunerado) nos países em desenvolvimento e 51% nos países industrializados; cerca de 2/3 do trabalho feminino são atividades não-remuneradas e a carga horária diária de trabalho da mulher é, em média, 13% maior que a dos homens. Com a precariedade do trabalho decorrente da globalização da economia, elas se encontram também nas situações mais vulneráveis.

A escolha da profissão, conforme é apresentado na tabela 3, para a metade das entrevistadas, ocorreu devido a sua qualificação que permitiu com que as mesmas ocupassem o cargo. O tempo de atuação na alimentação escolar de 62,5% das merendeiras é superior a 5 anos, e quase a totalidade relatou ter participado de capacitações.

Tabela 3 - Motivos para a escolha da profissão, tempo de atuação profissional e participação em capacitações de merendeiras do município de Santa Maria, RS, 2009.

Escolha da profissão	%	n*
Devido ao salário	37,5	6
Qualificação	50,0	8
Única opção de trabalho	12,5	2
TOTAL	100	16
Tempo de atuação		
Superior a 5 anos	87,5	14
1-5 anos	6,25	1
6 meses a 1 ano	6,25	1
TOTAL	100	16
Participação em capacitações		
Participaram de capacitações	93,8	15
Não participaram de capacitações	6,2	1

Apesar da escolha profissional ter ocorrido em virtude da sua qualificação para o cargo, o salário também foi referido entre as participantes. Entretanto, a maioria das participantes mostraram-se insatisfeitas com a sua remuneração. Para Costa, Lima e Ribeiro (2002), o trabalho dessas profissionais é socialmente desvalorizado por não exigir alto nível de escolaridade e qualificação. Em sua maioria, elas são formadas por mulheres mestiças e negras com baixo nível de

escolaridade, em precária situação social e exercendo, em muitos casos, o papel de chefe de família.

A discussão referente à remuneração recebida frente ao excesso de atividades desenvolvidas também ocorre em outras regiões do país. Uma pesquisa qualitativa desenvolvida no Rio de Janeiro, RJ, com trabalhadores de escolas da rede pública estadual em 2000, mostrou que as questões do reconhecimento e da valorização (inclusive financeira) do trabalho das merendeiras e serventes devem ser analisadas, pois consiste na dignidade nas relações de trabalho como pontos geradores de saúde, pelo fato de patologias que podem ser acarretas por esta exaustiva jornada (SOUZA et al., 2003).

Ao serem questionadas quanto às vantagens e desvantagens do trabalho desenvolvido, as merendeiras participantes referiram que a vantagem principal é o contato com os escolares. Carvalho e colaboradores (2008), ao efetuarem uma pesquisa com merendeiras em João Pessoa, PB, também verificaram que o contato com os escolares é uma das maiores vantagens do trabalho.

A principal desvantagem referida pelas pesquisadas foi a sobrecarga de trabalho, fato esse também apontado por Brito et al. (2001) para os quais as maiores problemáticas enfrentadas pelas merendeiras são a escassez de funcionários, a pressão do tempo para execução das atividades, a tripla jornada de trabalho, a ausência de pausas, os movimentos repetitivos, os baixos salários, a precariedade e a inadequação dos equipamentos e do ambiente, a falta de reconhecimento do trabalho, além do ritmo acelerado.

Os temas mais abordados nas capacitações foram: higiene, aproveitamento integral de alimentos e boas práticas de fabricação. A preocupação com a capacitação dos manipuladores de alimentos, na área de produção de refeições, tem sido uma constante entre os nutricionistas e demais profissionais da área. Várias enfermidades podem ser evitadas quando se procede à manipulação de alimentos dentro das normas técnicas de higiene, assim como se aproveitam melhor os princípios nutritivos presentes nos alimentos quando se obedecem as regras da técnica dietética (COSTA, LIMA; RIBEIRO, 2002).

A realização de capacitações voltadas à preocupação com o produto e tendo a higiene como temática central é uma abordagem que está frequentemente vinculada à prática educativa oferecida aos profissionais que atuam na área da alimentação coletiva, o que inclui a merendeira. Apesar dessas capacitações serem oferecidas, o volume de tarefas a serem desenvolvidas, associadas a inexistência de recursos e/ou alimentos em algumas escolas, faz com que as merendeiras, ao tomarem suas decisões, fiquem impossibilitadas de aplicar suas experiências adquiridas (COSTA et al., 2001).

CONCLUSÃO

A relevância da atuação das merendeiras no contexto escolar, principalmente no que se refere à promoção da saúde por meio da alimentação saudável, muitas vezes, não contribui para a valorização desse profissional. A desvalorização do ponto de vista social e econômico e a insatisfação em relação ao salário é prevalente, além de queixas referentes à falta de reconhecimento e jornada exaustiva de trabalho.

Dessa forma, torna-se necessário, por meio de ações educativas, priorizar a saúde e qualidade de vida dessas profissionais, assim como desenvolver atividades que propiciam a valorização da autoestima dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ANEP. Associação Nacional de Empresas de Pesquisa. **Dados com base no Levantamento Socioeconômico**. Brasília: IBOPE, 2008.

BRITO, J. et al. **Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”**. Rio de Janeiro: IPUB-CUCA, 2001.

CARVALHO, A. T. et al. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 12, n. 27, p. 823-834, 2008.

COLOMBO, M.; OLIVEIRA, K. M. P.; SILVA, D. L. D. Conhecimento das merendeiras de Santa Fé, PR, sobre higiene e boas práticas de fabricação na produção de alimentos. **Higiene Alimentar**, v. 23, n. 170/171, p. 39-46, 2009.

COSTA, E. de Q. et al. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr.**, v. 14, n. 3, 2001.

COSTA, E. de Q.; LIMA, E. da S.; RIBEIRO, V. M. B. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias - Rio de Janeiro (1956-94). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2002.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Alimentação Escolar**. Portaria Interministerial n. 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 4 mar. 2007.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 3, 2007.

ONU (Organização das Nações Unidas), 1995. **Human Development Report**, 1995.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. 583 p.

SOUZA, K. R. de et al. O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Apr. 2003.

SPINELLI, M. A. dos S.; CANESQUI, A. M. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 151-165, 2004.

